



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

## EDITAL DE ESTÁGIO Nº 01/2026

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário, com fundamento nos artigos 17 e 18 da Deliberação n. 110/2019 e na Deliberação n. 428/2024, ambas do Conselho Superior da Defensoria Pública, torna pública a abertura de processo seletivo simplificado para formação de cadastro reserva para estudantes de Pós-Graduação no curso de Direito na unidade de **Betim**, referente ao programa de Estágio não Obrigatório Direto, em observância às necessidades institucionais e disponibilidade orçamentária.

### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O estágio de pós-graduação visa proporcionar o conhecimento teórico e prático nas diversas áreas de atuação da Defensoria Pública e não confere vínculo empregatício com o Estado, sendo vedado estender a estagiária ou estagiário direitos ou vantagens assegurados aos servidores ou membros da Defensoria Pública (artigos 2º e 3º da Deliberação n. 428/2024 - do CSDPMG).

1.2. A jornada de atividade da estagiária ou estagiário de pós-graduação é de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais (artigo 23º da Deliberação 428/2024-CSDPDPG).

1.3. A bolsa de estágio de pós-graduação corresponde a R\$1.803,00 (um mil, oitocentos e três reais) e o auxílio transporte a R\$210,00 (duzentos e dez reais), totalizando R\$2.013,00 (dois mil e treze reais) fixados por ato da Defensoria Pública Geral, conforme Resolução nº 2639/2024-DPG.



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

1.4. O acompanhamento do estágio de pós-graduação será realizado pela Defensora Pública ou Defensor Público Supervisor designado.

**1.5. A estagiária ou estagiário não tem direito à escolha da área ou local de atuação.**

1.6. É de responsabilidade da candidata ou candidato informar dados pessoais e escolares corretos.

1.7. A jornada de estágio de pós-graduação é, em regra, presencial. Havendo autorização do Supervisor ou Supervisora de Estágio, a jornada de estágio de pós-graduação poderá ser realizada de forma híbrida ou remota, com comunicação à Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário, após o direcionamento para a vaga.

## **2. DAS VAGAS**

2.1. O processo seletivo simplificado destina-se à formação do cadastro de reserva de estágio de pós-graduação no curso de Direito na Unidade Betim/MG, bem como graduandos no curso de Direito do 10º período.

2.2. Ficam reservadas 10% (dez por cento) do total de vagas às candidatas ou candidatos com deficiência, nos termos do art. 37, VIII, da Constituição Federal/1988, da Lei n. 7.853/1989, da Lei Estadual n. 11.867/1995 e do Decreto n. 9.508/2018, e 20% (vinte por cento) às candidatas e aos candidatos negros, nos termos do artigo 1º da Lei n. 12.990/2014, da Lei n. 12.288/2010, da Resolução n. 203/2015-CNJ e da Resolução n. 548/2015-STF.

2.3. Não havendo aprovação de candidata ou candidato inscrito às vagas reservadas em número suficiente, as vagas não preenchidas serão ocupadas



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

pelas demais candidatas ou candidatos habilitados, em estrita observância à ordem de classificação no certame.

### **3. DAS ATRIBUIÇÕES**

3.1. Incumbe à estagiária ou estagiário de pós-graduação, no exercício de suas funções:

I – auxiliar no acompanhamento das ações propostas e na elaboração de manifestações processuais;

II – pesquisar conteúdo doutrinário ou jurisprudencial e dados estatísticos, conforme orientação prévia;

III – participar de audiências, sessões ou acompanhar diligências de investigação, acompanhado da Defensora ou Defensor-Supervisor, auxiliando no que for necessário;

IV – estudar as matérias que lhe forem confiadas;

V – auxiliar no cumprimento das requisições expedidas pela DPMG;

VI – colaborar no registro e na movimentação dos processos judiciais;

VII – auxiliar no atendimento ao público, nos limites da orientação que vier a receber;

VIII – desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas, compatíveis com sua condição acadêmica. (art. 60, da Deliberação 428/2024)

### **4 DA NOMEAÇÃO**

4.1. Uma vez aprovada, a estagiária ou estagiário de pós-graduação somente será convocado se:

a) Tiver colado grau no curso de Graduação em Direito;



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

- b) For estudante de curso de pós-graduação na área de Direito, devidamente matriculado em instituição de ensino superior devidamente registrada nos órgãos competentes;
- c) Possuir disponibilidade de 5 (cinco) horas diárias, de segunda a sexta-feira; e
- d) Possuir conduta compatível com o exercício das atribuições de estagiário da Defensoria Pública.

## 5. DA INSCRIÇÃO

5.1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato ou candidata deverá se certificar de que preenche todos os requisitos exigidos neste Edital, na Deliberação n. 428/2024 (disponibilizada para consulta no site da Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário), bem como nos eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento. Link de acesso às resoluções e deliberações: <https://cesv.defensoria.mg.def.br/atos-normativos/> e **diário oficial da DPMG**.

5.2. As inscrições serão realizadas exclusivamente pelo link <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/>, **das 08h do dia 09 de fevereiro de 2026 até às 16h do dia 23 de fevereiro de 2026**, observando-se o horário oficial de Brasília.

5.2.1. Antes de encerrado, o período de inscrições poderá ser prorrogado, por necessidade de ordem técnica e/ou operacional, a critério da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

5.3. A candidata ou candidato que se identifica e quer ser reconhecido socialmente em consonância com sua identidade de gênero deverá indicar o nome pelo qual deseja ser reconhecido em campo próprio do sistema de inscrição.



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

5.4. Para se inscrever a candidata ou candidato obrigatoriamente deverá:

- I – Acessar o link <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/>, **das 08h do dia 09 de fevereiro de 2026 até às 16h do dia 23 de fevereiro de 2026**, observando-se o horário oficial de Brasília;
- II - Anexar documento oficial de identificação, contendo CPF, nos moldes solicitados no sistema de inscrição;
- III – Anexar o certificado de conclusão do curso de graduação ou diploma e para os graduandos do 10º semestre anexar uma declaração na qual conste obrigatoriamente o período que está cursando, emitida dentro do semestre letivo de inscrição (1º ou 2º semestre letivo);
- IV – Tratando-se de candidata ou candidato com deficiência, cumprir também a(s) exigência(s) do item 6.3;
- V – Tratando-se de candidata ou candidato negro, cumprir também a exigência do item 7.2;

5.4.1. O não cumprimento de quaisquer dos requisitos exigidos neste Edital acarretará a desclassificação da candidata ou candidato no certame, ressalvado o previsto no item 11. **A fundamentação da desclassificação da candidata ou candidato estará disponível para consulta individualizada via sistema Gerais.**

**5.4.2. A declaração de média global somente será dispensada em hipótese de realização de prova, nos demais processos seletivos que utilizem a média global e/ou entrevista, é indispensável que o documento contenha a média global não suprimindo a média por semestre ou por matéria.**

5.4.3. Os documentos podem ser anexados em múltiplo PDF quando a Instituição de Ensino emitir mais de uma declaração.



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

**5.4.4. As informações acima são imprescindíveis para o prosseguimento no processo seletivo, cabendo à Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário a análise dos documentos e se todas as informações estão contempladas.**

5.5. A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitarem a transferência de dados.

5.5.1. Situações excepcionais serão analisadas pela Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário da Defensoria Pública de Minas Gerais, desde que devidamente demonstrado pelo candidato a tela de erro, tendo em vista a implementação de novo sistema.

5.6. É vedada a inscrição pela via postal ou por qualquer outro meio eletrônico não disponibilizado pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. A inscrição que não atenda a todos os requisitos exigidos no Edital será cancelada, a qualquer tempo.

5.7. As listas dos candidatos ou candidatas que tiverem suas inscrições deferidas e indeferidas serão publicadas no endereço eletrônico <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/> no campo pesquisa, buscar: **Betim - Edital 01/2026 – Pós em Direito** no qual caberá recurso conforme item 11.

## **6. DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

6.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição às vagas reservadas, conforme item 2.2 deste Edital, art. 37, VIII, da Constituição



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

Federal/1988, Lei n. 13.146/2015, Lei n. 7.853/1989, Lei Estadual n. 11.867/1995, Decreto n. 9.508/2018 e Súmula 377-STJ.

6.2. Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas definidas no artigo 2º da Lei n. 13.146/2015.

6.3. As candidatas ou candidatos com deficiência que pretendam fazer uso da prerrogativa legal deverão assinalar no formulário de inscrição tal condição e anexar relatório subscrito por profissional médico atestando a espécie, o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a causa da deficiência, ou outro documento oficial que a comprove;

6.3.1. A candidata ou candidato, antes de se inscrever, deverá verificar se as atribuições do cargo especificadas no ITEM 3 - DAS ATRIBUIÇÕES, são compatíveis com a sua deficiência.

6.4. A candidata ou candidato que não atender ao disposto no item 6.3, alínea “a”, concorrerá às vagas de ampla concorrência.

6.5. Ressalvadas as condições diferenciadas previstas no Decreto n. 3.298/1999, modificado pelo Decreto n. 9.508/2018, na Lei n. 13.146/2015 e neste Edital, as pessoas com deficiência participarão do certame em igualdade de condições com os demais no que diz respeito ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação e a todas as outras normas de regência do certame.

6.6. Após a publicação do resultado preliminar fica proibida qualquer inclusão ou exclusão da candidata ou candidato da lista especial de pessoa com deficiência, ressalvada a hipótese do item 11.1, “e”.



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

6.7. As candidatas ou candidatos inscritos às vagas destinadas às pessoas com deficiência concorrerão concomitantemente às vagas a eles reservadas e às vagas de ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no processo seletivo.

6.7.1. As candidatas ou candidatos com deficiência aprovados dentro do número de vagas oferecido para a ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

6.8. Se o percentual de 10% (dez por cento) sobre o total das vagas reservadas aos candidatos com deficiência resultar em número fracionado, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do §1º, art. 1º, da Lei Estadual n. 11.867/1995, e do §3º do art. 1º do Decreto Federal n. 9.508/2018.

6.9. A ordem de convocação das candidatas ou candidatos com deficiência dar-se-á da seguinte forma: a 1ª vaga a ser destinada à pessoa com deficiência será a 5ª vaga, a 2ª vaga será a 15ª vaga, a 3ª vaga será a 25ª vaga e assim sucessivamente.

6.10.1 Caso a aplicação do percentual resulte em número fracionado, arredondar-se-á a fração igual ou superior a 0,5 para o número inteiro subsequente e a fração inferior a 0,5 para o número inteiro anterior.

6.11. As candidatas ou candidatos inscritos às vagas reservadas às pessoas com deficiência serão chamados atendendo-se ao critério de alternância exposto no item 6.10 até esgotar-se o percentual da reserva legal estabelecida, quando então as vagas serão destinadas apenas aos candidatos da lista geral, em estrita observância à ordem de classificação.



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

6.12. A contratação da candidata ou candidato com deficiência ficará condicionada à comprovação de tal condição, nos termos do item 12.4, alínea “g”.

## **7. DOS CANDIDATOS NEGROS**

7.1. Às pessoas que se autodeclararem negras, nos termos da Lei n. 12.288/2010, assim considerados os pretos e pardos conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é assegurado o direito de inscrição às vagas reservadas, a que se refere o item 2.2, segundo Resolução n. 203/2015-CNJ e Resolução n. 548/2015-STF.

7.2. A autodeclaração das candidatas ou candidatos negros deverá ser feita no ato da inscrição no formulário e terá validade somente para este processo seletivo.

7.2.1. Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pela candidata ou candidato no ato da inscrição do certame, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal, na hipótese de constatação de declaração falsa.

7.2.2. Comprovando-se falsa a declaração, a candidata ou o candidato será eliminado do certame e, se tiver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua nomeação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

7.2.3. A verificação da falsidade da declaração de que trata o parágrafo anterior poderá ser feita a qualquer tempo por provocação ou por iniciativa da Administração Pública.



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

7.3. As candidatas ou candidatos negros participarão do certame em igualdade de condições no que respeita ao conteúdo, à avaliação e aos critérios de aprovação.

7.4. As candidatas ou candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas a eles reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no certame (Lei n. 12.990/2014).

7.4.1. As candidatas ou candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido para a ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

7.4.2. Em caso de desistência ou eliminação de candidata ou candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pela candidata ou candidato negro posteriormente classificado.

7.5. As candidatas ou candidatos negros poderão optar por concorrerem às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, de acordo com a sua classificação no processo seletivo, marcando a referida opção quando da inscrição (Cor-Raça/PCD).

7.5.1. As candidatas ou candidatos negros aprovados para as vagas a eles destinadas e às reservadas para pessoas com deficiência, convocados concomitantemente para o provimento dos cargos, deverão manifestar opção por uma delas.

7.5.2. Na hipótese de que trata o subitem anterior, caso as candidatas ou candidatos não se manifestem, serão nomeados dentro das vagas destinadas às pessoas negras.



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

7.6. A ordem de convocação das candidatas ou candidatos negros classificados ao final do processo seletivo será da seguinte forma: 1ª vaga será a 3ª vaga aberta, a 2ª vaga será a 8ª vaga aberta, a 3ª vaga será a 13ª vaga aberta e assim sucessivamente a cada intervalo de cinco vagas providas.

7.6.1. Caso a aplicação do percentual resulte em número fracionado, arredondar-se-á a fração igual ou superior a 0,5 para o número inteiro subsequente e a fração inferior a 0,5 para o número inteiro anterior.

## 8. DA SELEÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO

8.1. A seleção será realizada em 2 (duas) etapas, **prova e entrevista**.

8.2. Na **primeira etapa**, a seleção será realizada por meio de prova teórica, de caráter eliminatório e classificatório, composta por questões objetivas e/ou discursivas, envolvendo os seguintes temas: **DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO CIVIL, DIREITO DE FAMÍLIA, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PENAL, DIREITO PROCESSUAL PENAL, DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, EXECUÇÃO PENAL.**

8.3. Não haverá segunda chamada da prova.

8.4. Será atribuída à prova pontuação de 0 (zero) a 100 (cem pontos), sendo a pontuação máxima na etapa correspondente a:

05 Questões discursivas
<b>100 (cem) pontos, sendo 20 (vinte) por questão</b>

8.5. As questões objetivas, caso existam, **conterão quatro opções de escolha**, das quais apenas uma sendo a correta ou incorreta.



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

8.6. Caso haja questões discursivas e objetivas, somente serão corrigidas as questões discursivas das candidatas e candidatos que atingirem nota igual ou superior a 40% (quarenta por cento) dos pontos das questões objetivas.

8.7. Será considerada aprovada e estará apto a participar da fase de entrevistas a candidata ou candidato que alcançar 50% (cinquenta por cento) dos pontos no somatório simples de notas das questões objetivas e discursivas, atendendo-se ao disposto no item 8.6.

8.8. A classificação das candidatas ou candidatos será feita em ordem decrescente do resultado final da prova, atendendo-se ao descrito no item 8.7.

8.9. A entrevista, que valerá de 0 (zero) até 100 (cem) pontos e terá caráter classificatório, consistirá em perguntas orais sobre a análise de adequação às atividades a serem exercidas no estágio.

8.10. O Resultado final será o somatório das notas obtidas na prova e na entrevista.

8.11. Em caso de empate nas notas finais, a ordem de classificação será estabelecida atentando-se para os critérios abaixo, sucessivamente:

- a) A candidata ou candidato que obtiver a maior nota na entrevista;
- b) A candidata ou candidato de maior idade.

8.12. As provas poderão abordar as alterações legislativas e jurisprudenciais que entrarem em vigor no decorrer do Processo Seletivo, envolvendo as matérias descritas no item 8.2.



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

8.13. A DPMG não se responsabiliza por cursos, textos e apostilas ou informações divulgadas por terceiros.

8.14. Somente as candidatas ou candidatos classificados na primeira e segunda etapa irão prosseguir no certame.

## **9. DA REALIZAÇÃO DA PROVA**

9.1. A prova será realizada no dia **13 de março de 2026, horário e local a confirmar** com publicação de comunicado no portal da Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário.

9.2. A data, horário e local das provas poderão ser modificados a critério da DPMG.

9.3. Havendo o adiamento, haverá a divulgação das novas datas, horários e locais das provas, no endereço eletrônico <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/> no campo pesquisa, buscar: **Betim - Edital 01/2026 – Pós em Direito**.

9.4. O tempo total de realização da prova é de 03 (três) horas.

9.5. A candidata ou candidato deverá apresentar-se com 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de documento oficial de identidade, caneta esferográfica azul ou preta, comprovante de inscrição protocolizado na DPMG e o documento de identidade.

9.5.1. Caso o candidato ou candidata não possua o comprovante de inscrição, a Coordenação Local poderá autorizar a realização da prova, desde que o nome conste na lista enviada pela Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário.



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

9.5.2 O **horário limite para o ingresso no local** será o horário previsto para início da prova, não sendo permitida a entrada de nenhum candidato após esse horário.

9.6. Não será permitido nenhum tipo de consulta durante a realização da prova, e os telefones celulares e demais aparelhos eletrônicos de qualquer espécie deverão ser desligados durante a realização desta, sendo que o descumprimento de qualquer uma dessas instruções implicará a eliminação da candidata ou candidato.

9.7. As questões das provas escritas serão entregues aos candidatos já impressas, não se permitindo esclarecimentos sobre o seu enunciado ou sobre o modo de resolvê-las.

9.8. Caso haja questões objetivas e também discursivas, cada uma dessas espécies constará de folha(s) diversa(s), de forma a viabilizar a correção isolada, bem como o cômputo das notas consoante exposto neste edital.

9.9. A prova conterà somente o número de inscrição da candidata ou candidato, sendo vedada a sua identificação nominal ou por meio de sinais, sendo que o descumprimento dessa instrução implicará a eliminação da candidata ou candidato.

9.10. Concluída a realização da prova, a candidata ou candidato devolverá a folha de resposta e de rascunho, salvo o disposto no item 9.16.

9.11. Será de exclusiva responsabilidade da candidata ou candidato o preenchimento da folha de resposta da prova, devendo este zelar pela perfeição da entrega desta e da marcação correta das questões, vez que não será permitida sua substituição.



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

9.12. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital ou com a folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não preenchido integralmente ou com marcações que não tenham sido feitas com caneta preta ou azul ou, ainda, identificação da candidata ou candidato por qualquer forma.

9.13. Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas.

9.14. Será eliminado do PSS a candidata ou candidato que na prova:

- a) apresentar-se após o **horário limite para o ingresso no local** ou não comparecer à prova no dia, hora e local determinados pela Defensoria Pública;
- b) apresentar comportamento inconveniente ou tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes;
- c) emprestar material, bem como estabelecer comunicação, por qualquer meio, com outros candidatos ou com pessoas estranhas a este certame;
- d) usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros;
- e) portar arma(s) no local de realização da prova, ainda que de posse de documento oficial de licença, independentemente do cargo que eventualmente ocupe;
- f) utilizar ou portar, mesmo que desligados, durante a sua realização, qualquer equipamento eletrônico, como relógio de qualquer espécie, calculadora, walkman, notebook, palmtop, tablets, agenda eletrônica, gravador, telefone celular, beep, pager, fones de ouvido, Ipad e I-Pod, entre outros;
- g) fizer uso de óculos escuros, bonés, chapéus e similares;
- h) deixar de atender às normas contidas no Caderno de Questões e na Folha de Respostas e às demais orientações expedidas pelos aplicadores das provas;
- i) não entregar ao aplicador da prova o Caderno de Questões e a Folha de Respostas da prova, findo o prazo para sua realização, exceto no caso descrito no item 10.16;



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

- j) ausentar-se da sala de prova sem consentimento prévio e desacompanhado de um fiscal ou da fiscalização da equipe de aplicação de prova ou entrevista;
- k) utilizar líquido corretor de texto, caneta hidrográfica fluorescente ou lapiseira;
- l) utilizar livros, códigos, manuais, impressos ou anotações;
- m) o comparecimento sem documento oficial de identificação.

9.15. Durante a realização da prova, não será permitida a candidata ou candidato a prática do tabagismo, de acordo com a Lei Estadual nº 18.552, de 04 de dezembro de 2009.

9.16. A candidata ou candidato poderá se ausentar, levando o caderno de provas e a folha de rascunho da folha de respostas, após uma hora do início desta.

9.17. A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, deverá fazê-lo em sala reservada desde que o requeira, pessoalmente e por escrito à Coordenação Local, no prazo de 07 (sete) dias úteis antes da prova, observando os procedimentos constantes a seguir, para adoção das providências necessárias.

9.18. Não haverá compensação do tempo de amamentação a favor da candidata lactante.

9.19. A criança deverá ser acompanhada de apenas um adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

9.20. A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.

9.21. Não será disponibilizado responsável para a guarda da criança, e ausência daquele acarretará na impossibilidade de realização da prova com



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

disponibilização da amamentação, sendo que a candidata não poderá permanecer com a criança no local de realização da prova.

9.22. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal do sexo feminino.

9.23. Na sala reservada para amamentação ficarão apenas a candidata lactante, a criança e uma fiscal, vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou amizade com a lactante.

## **10. DA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA**

10.1. Na segunda etapa, será realizada entrevista no dia **10 de abril** de 2026 às **09:00** horas, na sede Defensoria Pública da Unidade de **Betim**, situada na **Av. Governador Valadares – 199, Centro - Betim/MG** .

10.2. A entrevista, que valerá até 100 (cem) pontos e terá caráter classificatório, consistirá em perguntas orais sobre análise de adequação às atividades a serem exercidas no estágio.

10.3. A data, horário e local da entrevista poderão ser modificados a critério da DPMG.

10.4. Havendo o adiamento, haverá a divulgação das novas datas, horários e locais das provas, no endereço eletrônico <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/> no campo pesquisa, buscar: **Betim - Edital 01/2026 – Pós em Direito**.

10.5. A candidata ou candidato deverá apresentar-se com 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de documento oficial de identidade.



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

10.5.1. O **horário limite para o ingresso no local** será o horário previsto para início da entrevista, não sendo permitida a entrada de nenhum candidato ou candidata após esse horário, ressalvado o item 10.7.1 e 10.7.2.

10.6. Não será permitido nenhum tipo de consulta durante a realização da entrevista, e os telefones celulares e demais aparelhos eletrônicos de qualquer espécie deverão ser desligados durante a realização desta, sendo que o descumprimento de qualquer uma dessas instruções implicará a eliminação da candidata ou candidato.

10.7. Será eliminado do PSS a candidata ou candidato que na entrevista:

- a) apresentar-se após o fechamento dos portões salvo no item 10.7.1. e 10.7.2 ou não comparecer à entrevista no dia, hora e local determinados pela Defensoria Pública;
- b) apresentar comportamento inconveniente ou tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes;
- c) estabelecer comunicação, por qualquer meio, com outros candidatos ou com pessoas estranhas a este certame; durante a realização da entrevista;
- d) usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros;
- e) portar arma(s) no local de realização da entrevista, ainda que de posse de documento oficial de licença, independentemente do cargo que eventualmente ocupe;
- f) utilizar ou portar, mesmo que desligados, durante a sua realização, qualquer equipamento eletrônico, como relógio de qualquer espécie, calculadora, walkman, notebook, palmtop, tablets, agenda eletrônica, gravador, telefone celular, beep, pager, fones de ouvido, Ipad e I-Pod, entre outros;
- g) fizer uso de óculos escuros, bonés, chapéus e similares;
- h) o comparecimento sem documento oficial de identificação.



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

10.7.1. Na ausência total de candidatos no horário descrito no item 10.1. para entrevista na unidade, a coordenação local responsável pelo processo seletivo se reserva o direito de reagendar a entrevista para o horário posterior, sem que isso acarrete prejuízo aos candidatos, podendo ser realizado no mesmo dia em horário posterior, ou reagendado para outro dia com publicação de comunicado no portal da Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário.

10.7.2. Poderá ser autorizada a realização da entrevista em horário diverso ou de forma virtual, desde que haja a autorização da coordenação local, com publicação no portal da Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário.

10.8. Durante a realização da entrevista, não será permitida a candidata ou candidato a prática do tabagismo, de acordo com a Lei Estadual nº 18.552, de 04 de dezembro de 2009.

10.9. A lactante que necessitar amamentar durante a realização da entrevista, deverá fazê-lo em sala reservada desde que o requeira, pessoalmente e por escrito à Coordenação Local, no prazo de 07 (sete) dias úteis antes da entrevista, observando os procedimentos constantes a seguir, para adoção das providências necessárias.

10.10. Não haverá compensação do tempo de amamentação a favor da candidata lactante.

10.11. A criança deverá ser acompanhada de apenas um adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

10.12. A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

10.13. Não será disponibilizado responsável para a guarda da criança, e ausência daquele acarretará na impossibilidade de realização da entrevista com disponibilização da amamentação, sendo que a candidata não poderá permanecer com a criança no local de realização da entrevista.

10.14. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de entrevista, acompanhada de uma fiscal do sexo feminino.

10.15. Na sala reservada para amamentação ficarão apenas a candidata lactante, a criança e uma fiscal, vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou amizade com a lactante.

10.16. A entrevista terá duração de no máximo 01:30 hora (uma hora e meia).

## **11. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO E RECURSO**

11.1. O resultado preliminar de cada etapa do processo seletivo com a classificação das candidatas ou candidatos habilitados será divulgado no endereço eletrônico <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/> no campo pesquisa, buscar: **Betim - Edital 01/2026 – Pós em Direito**, sendo de exclusiva responsabilidade da candidata ou candidato o acompanhamento das publicações.

11.2. O gabarito das questões objetivas e o espelho de correção das questões discursivas serão divulgados em até 48 (quarenta e oito) horas após o término das provas, com possibilidade de prorrogação do prazo ora indicado, no endereço eletrônico <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/> no campo pesquisa, buscar: **Betim - Edital 01/2026 – Pós em Direito**, sendo de exclusiva responsabilidade da candidata ou candidato o acompanhamento das publicações.



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

11.3. A candidata ou candidato poderá interpor recurso, sem efeito suspensivo, contra:

- a) a desclassificação do processo seletivo, na fase de análise documental, por ausência de documento no ato da inscrição;
- b) a realização da entrevista, inclusive por desclassificação nesta fase, quando houver;
- c) o gabarito, espelho, nota e desclassificação da prova, quando houver;
- d) a ordem de classificação preliminar no processo seletivo,
- e) quanto à previsão ou não em lista reservada, com apresentação, em caso de concorrência à vaga de pessoa com deficiência, do documento previsto no item 6.3.

11.3.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte ao da publicação de cada resultado.

11.3.2. Os recursos previstos no item 11.3. deverão ser dirigidos à Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário, exclusivamente pela internet, pelo perfil do candidato no sistema de inscrição (Gerais) que estará disponível até às 23h59min do último dia do prazo recursal, e na forma do item 10.7.1., caso o candidato necessite encaminhar novo documento, observados, em todos os casos, os art. 43 e 44 da Deliberação 428/2024.

11.3.3. Quando o objeto do recurso se tratar sobre a ordem de classificação, a unidade da Defensoria fará o encaminhamento à Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário, para análise, nos termos da Deliberação 428/2024.

11.4. Os recursos deverão obedecer às seguintes determinações:



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

- a) conter fundamentação legal referente apenas ao objeto do recurso;
- b) conter fundamentação lógica e objetiva.

11.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos:

- a) por meios não previstos neste Edital;
- b) intempestivamente;
- c) que não evidenciarem o legítimo interesse e o prejuízo sofrido pelo recorrente;
- d) sem a fundamentação legal;
- e) com fundamentação indevida ou sem correspondência com o objeto do recurso.

11.6.1. Também não serão conhecidos recursos coletivos, pedidos de revisão de recursos, requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais, recursos de recursos ou quaisquer outros instrumentos similares cujo teor seja objeto de recurso.

11.7. Não será permitida a edição, a inclusão, a complementação, a suplementação e/ou substituição de informações ou de documentos durante ou após o período recursal, salvo na hipótese de desclassificação do processo seletivo, por ausência de documento no ato da inscrição.

11.7.1 Publicada a lista de candidatos com inscrição deferida e indeferidas, aqueles que tiverem a inscrição indeferida por ausência de documento poderão interpor recurso, apresentando o documento faltante junto com o recurso, no perfil do candidato, no prazo deste.

11.7.2. Em hipótese de falha técnica, de forma excepcional e desde que demonstrada com envio da tela de erro, o documento poderá ser encaminhado para o e-mail [pssestagio@defensoria.mg.def.br](mailto:pssestagio@defensoria.mg.def.br), com a devida identificação do candidato ou candidata.



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

11.7.3. Transcorrido o prazo recursal, a Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário não aceitará mais o encaminhamento de documentos exigidos para a inscrição, consolidando a lista final de inscrições deferidas e indeferidas.

11.8. Alterada a classificação final, de ofício ou por força de recurso, poderá haver alteração da classificação inicial obtida pelo candidato ou candidata para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, a sua eliminação do processo seletivo.

11.9. Os recursos serão apreciados pela Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário ou pela Coordenação Local, em prazos por ela definidos e de acordo com o cronograma previsto.

11.10. Após a análise dos recursos contra a desclassificação ou contra a ordem de classificação, serão divulgados no endereço eletrônico <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/> no campo pesquisa, buscar: **Betim - Edital 01/2026 – Pós em Direito** os resultados de deferimento ou indeferimento recursal, contra os quais não caberá novo recurso.

11.11. Não havendo recurso contra a ordem de classificação preliminar, ou, julgado o recurso contra esta, o resultado final do processo seletivo simplificado será encaminhado para homologação do Defensor Público Geral e será divulgado no endereço eletrônico <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/> no campo pesquisa, buscar: **Betim - Edital 01/2026 – Pós em Direito**.

## 12. DA CONVOCAÇÃO

12.1. As candidatas ou candidatos aprovados no processo seletivo serão convocados, a critério da Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, que obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação no certame.

12.2. A convocação para habilitação de candidatas ou candidatos aprovados será feita no endereço eletrônico <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/> no campo pesquisa, buscar: **Betim - Edital 01/2026 – Pós em Direito.**

12.2.1 É de inteira responsabilidade da candidata ou candidato acompanhar as publicações do processo seletivo, sendo a convocação realizada na forma do item 12.2.

12.2.2. Todo o processo de convocação é realizado pelo sistema Gerais, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar o trâmite em sua integralidade. Não é permitido o envio de documentos ou de termos via e-mail. Casos excepcionais serão analisados pela Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

12.3. Após a publicação oficial da convocação, conforme item 10.2, o candidato ou candidata deverá acessar seu perfil individual no sistema Gerais e manifestar obrigatoriamente, no prazo do item 12.3.1:

- a) interesse na vaga ofertada, e, posteriormente, enviar os documentos na forma do item 12.4;
- b) pela reclassificação para o último lugar do cadastro de reserva; ou
- c) pela não aceitação da vaga.

12.3.1. A candidata ou candidato que não responder à convocação dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis será considerado desistente, não cabendo pedido de reconsideração.

12.4. A candidata ou candidato convocado deverá, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da publicação oficial da convocação, anexar via sistema



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

Gerais os seguintes documentos, sob pena de ser excluído do processo seletivo:

- a) Certificado de Colação de Grau ou Diploma (Não será aceita documentação com previsão de colação de grau).
- b) Cópia da carteira de identidade e do CPF;
- c) Curriculum vitae (modelo livre) com indicação das áreas de afinidade e de vínculo ativo de estágio ou de outra natureza com instituições públicas ou privadas, se aplicável;
- d) Uma foto digital 3x4 recente e colorida, em formato JPG ou PDF, fundo branco e resolução mínima de 200 dpi;
- e) Declaração emitida pela instituição de ensino que comprove matrícula vigente no curso de pós-graduação, na qual conste a data de início e conclusão;
- f) Comprovante dos Dados Bancários da conta corrente ou conta salário no Banco Itaú, de titularidade da candidata ou candidato;
- g) O candidato ou candidata pessoa com deficiência deverá apresentar laudo médico original que comprove tal condição, elaborado às suas expensas e expedido com antecedência máxima de 12 (doze) meses contados do dia da publicação da respectiva convocação, salvo se se tratar de sequela permanente e irreversível, bem como demonstrar a compatibilidade entre suas necessidades especiais e as atribuições a serem desempenhadas no estágio. (art. 53, da Deliberação 428/2024);
- h) Documento em formato DOCX ou PDF com as seguintes informações da instituição de ensino de pós-graduação: Razão Social, CNPJ, Representante Legal, Endereço com CEP.

12.4.1. Só serão aceitos documentos emitidos por instituição reconhecida pela autoridade pública competente.



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

12.4.2. **Não serão aceitas contas de titularidade de terceiros**, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato ou candidata caso haja eventual bloqueio de pagamento por inconsistência de informações bancárias.

12.4.3. A candidata ou candidato convocado que não apresentar os documentos previstos no item 12.4., no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, após a publicação oficial da convocação, conforme item 12.2. será considerado desistente. É assegurado à candidata ou ao candidato o direito de solicitar a dilação do prazo para envio da documentação, desde que o faça antes do término do prazo originalmente estabelecido, mediante pedido fundamentado. A dilação de prazo poderá ser concedida apenas uma única vez, mediante análise da Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

12.4.4. Deverá ser enviada via e-mail para [estagio.convocacao@defensoria.mg.def.br](mailto:estagio.convocacao@defensoria.mg.def.br) comprovação de rescisão do vínculo junto às informações solicitadas no item 10.4 nos casos em que o candidato ou candidata estiver em exercício, na qualidade de servidor ou servidora efetivo, celetista, terceirizado ou terceirizada, estagiário ou estagiária; em outro ramo da Defensoria Pública, na advocacia pública ou privada, no Poder Judiciário, Poder Legislativo, Poder Executivo, em instituições policiais ou militares, no Ministério Público, no Tribunal de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, em outras instituições públicas da administração pública indireta, ou instituições privadas que possuam correlação com as atividades desenvolvidas na Defensoria Pública e com elas possam conflitar (art. 64 da Deliberação 428/2024).

12.5. Eventual documentação adicional poderá ser solicitada por essa Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário da Defensoria Pública de Minas Gerais para averiguação da situação funcional da candidata ou candidato perante sua instituição de ensino e para certificação da não configuração de quaisquer das vedações descritas no item 64 da Deliberação 428/2024.



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

12.6. O estágio terá início a partir da data de vigência determinada no termo de compromisso de estágio de graduação e duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, não excedendo o prazo de 24 meses, exceto em se tratando de pessoa com deficiência, devendo ser observada a Deliberação 428/2024.

12.6.1. É vedada a elaboração de termo de compromisso de estágio ou de prorrogação do termo de estágio, nas hipóteses em que o estagiário não tenha vínculo com a instituição de ensino.

12.7. Deve ser observada a data limite do término do curso de pós-graduação, conforme Deliberação 428/2024.

12.8. A ausência de devolução do termo devidamente assinado pelo candidato ou candidata e pela instituição de ensino, no prazo fixado pela Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário da Defensoria Pública de Minas Gerais, impede o início do estágio e é causa de exclusão do processo seletivo. É assegurado à candidata ou ao candidato o direito de solicitar a dilação do prazo para retorno do termo assinado, desde que o faça antes do término do prazo originalmente estabelecido, mediante pedido fundamentado. A dilação de prazo poderá ser concedida apenas uma única vez, mediante análise da Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

12.9. Na hipótese do quantitativo de vagas da unidade não permitir a reserva da vaga (cota ou PCD), a convocação de candidatos ou candidatas classificados em processos seletivos de estagiários ou estagiárias obedecerá os critérios de alternância e proporcionalidade (art. 49 da Deliberação 428/2024 – CSDPMG).

### **13. DOS REQUISITOS**



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

13.1 Devem ser observados os seguintes requisitos (art. 4º da Deliberação 428/2024)

I – existência de convênio prévio com a instituição de ensino, devidamente registrada nos órgãos competentes, no qual deverão constar todas as condições acordadas para a realização de estágios obrigatórios, conforme definido na Lei Federal nº 11.788/2008, disponibilizadas no portal da Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário;

II – matrícula e frequência regular do estudante ou da estudante, devidamente atestadas pela instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação – MEC;

III – celebração de termo de compromisso de estágio entre a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, a instituição de ensino e o estudante ou a estudante, nos termos do artigo 3º da Lei Federal nº 11.788/2008;

IV – compatibilidade entre as atividades que serão desenvolvidas no estágio e a área de formação acadêmica do estudante ou da estudante;

V – aprovação em processo seletivo para acadêmicas e acadêmicos em estágio não obrigatório;

VI - não ter o termo de estágio rescindido unilateralmente pela Defensoria Pública, nos últimos 5 (cinco) anos.

## **14. DAS VEDAÇÕES**

14.1. As candidatas e candidatos que aprovados no processo seletivo ficam cientes das vedações conforme deliberação 428/2024-DPG artigos 64 e 65 quais sejam:

14.1.1. É vedado à estagiária ou estagiário:

I – exercer a advocacia em feitos oriundos ou que tramitem no Tribunal de Justiça de Minas Gerais;



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

- II – exercer a advocacia em âmbito extrajudicial nas áreas afetas às atribuições da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais;
- III – exercer a advocacia em qualquer hipótese em se tratando de estágio exclusivamente remoto;
- IV – praticar, isolada ou conjuntamente, atos privativos das Defensoras Públicas ou Defensores Públicos ou servidoras e servidores da DPMG, nas esferas judicial ou extrajudicial, ressalvada a assinatura conjunta em manifestações jurídicas;
- V – invocar a condição de estagiária ou estagiário da DPMG ou usar papéis com marca oficial da instituição em qualquer matéria alheia ao estágio;
- VI – ter comportamento incompatível com a condição de estagiária ou estagiário da DPMG;
- VII – revelar quaisquer fatos de que tenha conhecimento em razão das atividades de estágio;
- VIII – exercer as atividades de juiz leigo e de conciliador dos Juizados Especiais;
- IX – exercer atividades concomitantes, seja como servidor ou servidora efetivo, seja como celetista, terceirizado ou terceirizada, seja como estagiário ou estagiária em outro ramo da Defensoria Pública, na advocacia, pública ou privada, no Poder Judiciário, Poder Legislativo, Poder Executivo, em instituições policiais ou militares, no Ministério Público ou no Tribunal de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;
- X – exercer atividades concomitantes, seja como servidor ou servidora efetivo, seja como celetista, terceirizado ou terceirizada, seja como estagiário ou estagiária em outras instituições públicas, da administração pública indireta, ou instituições privadas que possuam correlação com as atividades desenvolvidas na Defensoria Pública e com elas possam conflitar;
- XI – realizar, conjuntamente, serviço voluntário ou outra modalidade de estágio dentro da própria Instituição;



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

XII – realizar estágio em outra Instituição pública ou privada cuja carga horária diária exceda os limites permitidos pela Lei de Estágio;

XIII – valer-se do estágio para captar clientela ou obter vantagem para si ou para outrem.

**14.1.2. Caso o candidato ou candidata, no momento da convocação, esteja realizando outro estágio ou se enquadre em alguma hipótese de vedação, deverá providenciar e apresentar o comprovante de desincompatibilização antes do início das atividades.**

14.1.3. É vedada a contratação de estagiária ou estagiário para atuar sob supervisão de Defensor, Defensora, Servidor ou Servidora que lhe seja cônjuge, companheira ou companheiro ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou na colateral, até o terceiro grau, inclusive.

## **15. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO**

15.1. O presente processo seletivo simplificado tem validade de 12 (doze) meses, contados da homologação da classificação final, podendo, a critério da Defensoria Pública de Minas Gerais ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Todos os atos relativos a este processo seletivo simplificado serão divulgados no endereço eletrônico (<https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/>) buscar: **Betim - Edital 01/2026 – Pós em Direito.**

16.1.1. É de exclusiva responsabilidade da candidata ou do candidato acompanhar todas as publicações relativas ao processo seletivo no portal



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

eletrônico, não cabendo à Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário a obrigação de realizar comunicações por outros meios.

16.2. A constatação, a qualquer tempo, de falsidade de declaração ou documento acarretará a eliminação do candidato ou candidata do processo seletivo, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

16.3. A candidata ou candidato classificado deverá manter seu endereço, telefone e e-mail atualizados até que se expire o prazo de validade do processo seletivo simplificado.

16.4. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação, por parte do candidato ou candidata, da legislação vigente, das Deliberações do Conselho Superior da Defensoria Pública, demais atos normativos da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e a este Edital.

16.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário da Defensoria Pública de Minas Gerais.

16.6. Eventuais dúvidas, na forma do art. 41, § 2º, 'c', da Deliberação CSDPMG 428/2024, deverão ser encaminhadas para [pssestagio@defensoria.mg.def.br](mailto:pssestagio@defensoria.mg.def.br).

16.7. Integram esse edital dois anexos, quais sejam:

- I - Modelo de folha de respostas de questões discursivas;
- II - Conteúdo programático.

**Betim, 04 de fevereiro de 2026.**

**MAXNEI GONZAGA**  
**Defensor Público – Madep 795**  
**Coordenador Local**



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

**ANEXO I DO EDITAL DE ESTÁGIO Nº 01/2026**  
**FOLHA DE RESPOSTA DE QUESTÕES DISCURSIVAS**

UNIDADE DPMG DE BETIM

INSCRIÇÃO nº \_\_\_\_\_

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

## **ANEXO II DO EDITAL DE ESTÁGIO Nº 01/2026**

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**1. DIREITO CONSTITUCIONAL** Constituição: conceito, objeto, elementos e classificação das constituições. Supremacia da Constituição. Interpretação constitucional. Poder constituinte originário, derivado e decorrente. Limitações ao poder constituinte. Controle de constitucionalidade. Controle difuso e concentrado. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal. Direitos Fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Aplicabilidade imediata. Eficácia vertical e horizontal dos direitos fundamentais. Direitos individuais e coletivos. Direitos sociais. Direitos de grupos vulnerabilizados. Dignidade da pessoa humana. Igualdade material. Vedação ao retrocesso social. Mínimo existencial. Reserva do possível. Ações constitucionais. Habeas corpus. Habeas data. Mandado de segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. Ação popular. Controle de convencionalidade. Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos com status constitucional e supralegal. Funções Essenciais à Justiça – Defensoria Pública - Funções essenciais à justiça. Defensoria Pública na Constituição Federal de 1988 (arts. 134 e 135). Princípios institucionais. Autonomia funcional, administrativa e financeira. Garantias institucionais. Organização da Defensoria Pública da União e dos Estados. Defensoria Pública como instrumento de acesso à justiça e promoção dos direitos humanos. Legitimação ativa. Atuação individual e coletiva. Tutela coletiva. Atuação extrajudicial e educação em direitos. Evolução constitucional da Defensoria Pública. Emendas Constitucionais nº 45/2004, nº 74/2013 e nº 80/2014. Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – Lei Complementar 65/2003. Súmulas e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça em matéria constitucional. **2. DIREITO CIVIL** Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Pessoas naturais e jurídicas. Personalidade e



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

capacidade. Direitos da personalidade. Domicílio. Bens: classificação. Fatos jurídicos. Atos e negócios jurídicos. Vícios do negócio jurídico. Nulidades e anulabilidades. Prescrição e decadência. Obrigações: conceito, modalidades, transmissão, adimplemento e inadimplemento. Contratos: princípios contratuais. Função social do contrato. Boa-fé objetiva. Formação, classificação e extinção dos contratos. Contratos em espécie. Revisão contratual. Resolução e resilição. Contratos e relações de consumo (noções gerais). Responsabilidade civil subjetiva e objetiva. Dano material, moral, estético e existencial. Responsabilidade civil do Estado. Excludentes de responsabilidade. Direito das coisas. Posse: conceito, natureza jurídica, classificação, aquisição, perda e proteção possessória. Propriedade: conceito, conteúdo, limitações e função social. Aquisição e perda da propriedade. Condomínio. Direitos reais sobre coisa alheia. Usucapião: espécies, requisitos, efeitos jurídicos e procedimento. Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3. DIREITO DE FAMÍLIA** Princípios constitucionais do Direito de Família. Constitucionalização do Direito de Família. Pluralidade das entidades familiares. Dignidade da pessoa humana. Afetividade. Igualdade. Proteção integral. Casamento, união estável e famílias contemporâneas. Filiação biológica e socioafetiva. Multiparentalidade. Guarda, convivência familiar e alienação parental. Alimentos e execução de alimentos. Prisão civil do devedor de alimentos. Tutela, curatela e tomada de decisão apoiada. Violência doméstica e familiar contra a mulher. Medidas protetivas de urgência. Interface entre Direito de Família, Direitos Humanos e gênero. Lei de Alienação Parental. Súmulas e jurisprudência do STF e do STJ aplicáveis ao Direito de Família. **4. DIREITO PROCESSUAL CIVIL** Princípios constitucionais e infraconstitucionais do processo civil. Normas fundamentais do Código de Processo Civil. Acesso à justiça. Jurisdição e competência. Cooperação judiciária nacional e internacional. Sujeitos do processo. Atos processuais. Formação, suspensão e extinção do processo. Processo de conhecimento. Petição inicial. Resposta do réu. Provas. Audiência. Sentença. Coisa julgada. Tutela provisória. Tutela de urgência e de evidência. Tutela cautelar e tutela antecipada. Cumprimento de sentença. Títulos executivos judiciais e



**DPMG**  
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

extrajudiciais. Processo de execução. Execução de alimentos. Recursos. Teoria geral dos recursos. Súmulas e jurisprudência do STF e do STJ em matéria processual civil. **5. DIREITO PENAL** Direito penal constitucional. Princípios constitucionais do Direito Penal. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Crime. Tipicidade, ilicitude e culpabilidade. Imputabilidade penal. Concurso de pessoas. Penas. Medidas de segurança. Ação penal. Extinção da punibilidade. Crimes contra a pessoa. Crimes contra a honra. Crimes contra a liberdade individual. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Legislação penal especial: Lei nº 10.826/2003. Lei nº 11.343/2006. Lei nº 8.072/1990. Lei nº 11.340/2006. Súmulas e jurisprudência do STF e do STJ em matéria penal. **6. DIREITO PROCESSUAL PENAL** Princípios constitucionais do processo penal. Aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço. Inquérito policial. Prisão e liberdade. Prisão em flagrante, temporária e preventiva. Medidas cautelares diversas da prisão. Liberdade provisória. Ação penal. Condições da ação penal. Ação penal pública e privada. Denúncia e queixa. Renúncia, decadência, perempção e perdão do ofendido. Provas. Meios de prova e meios de defesa. Procedimentos. Sentença. Recursos. Habeas corpus. Revisão criminal. Lei Maria da Penha. Lei de Drogas. Súmulas e jurisprudência do STF e do STJ em matéria processual penal. **7. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE** Princípios constitucionais da proteção integral. Doutrina da proteção integral. Direitos fundamentais da criança e do adolescente. Prioridade absoluta. Sistema de garantias de direitos. Políticas públicas de atendimento. Atuação judicial e extrajudicial da Defensoria Pública. Poder familiar. Suspensão e destituição do poder familiar. Guarda unilateral e compartilhada. Convivência familiar e comunitária. Tutela e curatela. Adoção nacional e internacional. Habilitação à adoção. Acolhimento institucional e familiar. Colocação em família substituta. Procedimentos cíveis da infância e juventude. Atuação da Defensoria Pública na infância cível. Ato infracional. Direitos e garantias do adolescente autor de ato infracional. Medidas socioeducativas. Procedimento para apuração do ato infracional. Execução das medidas socioeducativas. Lei nº 12.594/2012



# DPMG

DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

(SINASE). Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/1990. Disposições gerais. Direitos fundamentais. Política de atendimento. Medidas de proteção. Conselho Tutelar. Procedimentos administrativos e judiciais. Crimes e infrações administrativas. Tratados Internacionais Convenção sobre os Direitos da Criança. Regras de Beijing. Diretrizes de Riad. Normas internacionais de proteção à infância e juventude. Súmulas e jurisprudência do STF e do STJ em matéria de infância e juventude. **8. EXECUÇÃO PENAL** Princípios da execução penal. Direitos e deveres do preso. Regimes de cumprimento de pena. Progressão e regressão de regime. Livramento condicional. Remição da pena. Falta grave. Procedimento administrativo disciplinar. Indulto e comutação de penas. Controle judicial da execução penal. Atuação da Defensoria Pública na execução penal. Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal). Súmulas e jurisprudência do STF e do STJ em matéria de execução penal.